



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 209/88

"Ratifica os termos do Convênio celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Mundo Novo."

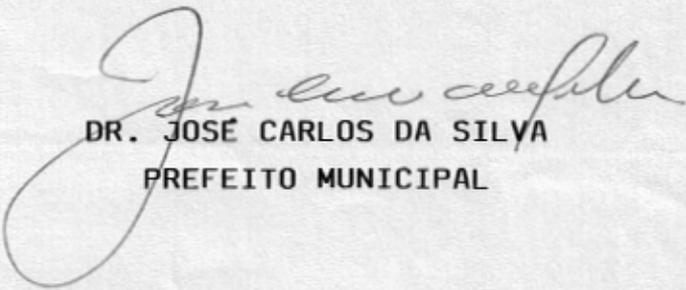
Dr. José Carlos da Silva, Prefeito Municipal de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ratificado o Convênio celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Mundo Novo conforme Minuta em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO,
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE ABRIL
DE HUM MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO.


DR. JOSÉ CARLOS DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONVÊNIO

Prefeitura Municipal de Mundo Novo
Estado de Mato Grosso do Sul

PROTOCOLADO SOB N.º

Mundo Novo - MS.

362/88

12/04/88



FUNCONARIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de hum mil novecentos e oitenta e oito, na cidade de Campo Grande-MS, de um lado o Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pelo seu Governador, Dr. MARCELO MIRANDA SOARES; pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Dr. JORGE DE OLIVEIRA MARTINS e pelo Secretário de Obras Públicas, Dr. OLAVO VILLELA DE ANDRADE e, de outro lado, a Prefeitura Municipal de MUNDO NOVO, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS DA SILVA, resolvem firmar o presente Convênio, que se regerá pelas Cláusulas e condições que, mutuamente, estipulam, outorgam e aceitam.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E FUNDAMENTO LEGAL

a) Objeto

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul instituiu o Programa de Apoio Integrado aos Municípios, com o objetivo de dotar os núcleos urbanos de infra-estrutura e equipamentos comunitários, fundamentais à melhoria da qualidade de vida da população.

Objetiva assim, o presente Convênio, regular a cooperação entre o Governo do Estado e o Município, para a implantação e funcionamento dos mecanismos legais, técnicos, financeiros e administrativos requeridos para a implementação do referido programa.

b) Fundamento Legal

O presente Convênio tem seu fundamento legal amparado pe

11

lo art. 7º da Constituição do Estado e, especificamente, pela Lei Estadual nº 728 de 1º de julho de 1987.

CLÁUSULA SEGUNDA - ENTIDADES EXECUTORAS

São entidades executoras do presente Convênio:

I - Pelo Estado de Mato Grosso do Sul:

- a) a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, doravante denominada SEPLAN-MS; e
- b) a Secretaria de Obras Públicas, doravante denominada SOP-MS.

II - Pelo Município de MUNDO NOVO:

- a) a Prefeitura Municipal, doravante denominada Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - COMPETÊNCIAS E OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES EXECUTORAS

São competências e obrigações da SEPLAN-MS:

- I - coordenar, compatibilizar, acompanhar e avaliar a execução física e financeira do programa;
- II - elaborar, direta ou indiretamente, os estudos para a concepção do referido programa;
- III - desenvolver os estudos necessários à captação de recursos, indispensáveis à cobertura das obras, serviços e equipamentos programados;
- IV - estabelecer, no Orçamento do Estado, o volume de recursos a ser aplicado, anualmente, no programa;

A

- V - prestar orientação técnica, legal e administrativa ao Município;
- VI - aprovar o plano de aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, a ser apresentado anualmente pelo Município.

São competências e obrigações da SOP-MS:

- I - executar, direta ou indiretamente, os projetos, serviços, equipamentos e obras previstos no referido programa;
- II - fornecer ao Município, para compor a documentação exigida pelo código tributário, os documentos que forem gerados em decorrência de sua gestão na execução do programa, necessários à formação de processo de instituição de tributos;
- III - gerir os recursos financeiros carreados para o Programa, inclusive os que se referem a pré-investimentos ou desapropriação de imóveis;
- IV - apresentar relatórios periódicos do andamento físico e financeiro das obras e serviços, para fins de prestação de contas aos organismos financiadores do programa.

São competências e obrigações do Município:

- I - obter da Câmara de Vereadores a ratificação do presente Convênio;
- II - instituir legislação tributária que estabeleça alíquota progressiva para o imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPPTU, incidentes sobre terrenos não edificados;

- III - implantar e manter atualizado o cadastro fiscal das propriedades imobiliárias para fins de cálculo do IPPTU;
- IV - instituir ou atualizar a legislação de parcelamento da terra (Lei de Parcelamento do Solo Urbano);
- V - adotar legislação que garanta a ocupação racional do solo urbano (Lei de Zoneamento do Uso do Solo);
- VI - responsabilizar-se e promover a manutenção e conservação de todas as obras e equipamentos resultantes da implementação do programa em sua área de competência;
- VII - instituir e efetuar a cobrança de taxas de obras públicas e/ou contribuição de melhorias de proprietários de imóveis, diretamente beneficiados com a implantação do programa;
- VIII - instituir um fundo especial de desenvolvimento urbano com a finalidade de reaplicar, em despesas de capital e mediante plano de aplicação a ser submetido e aprovado, anualmente pela SEPLAN-MS, o produto da arrecadação dos tributos previstos nos incisos II e VII imediatamente anteriores que, através da Lei própria deverão ser vinculados à receita de orçamento de capital do Município, conforme autoriza o § 2º, art. 62, da Constituição da República Federativa do Brasil e, posteriormente, transferidos ao fundo especial;
- IX - efetuar as desapropriações necessárias à implantação do programa;
- X - providenciar junto à Câmara de Vereadores a edição de legislação complementar, indispensável ao programa;
- XI - instituir núcleo de planejamento delegando a gerência do programa a nível municipal, a fim de subsidiar a elaboração e execução do referido programa;

DA

XII - responder, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer questões que possam decorrer dos atos de desapropriações de imóveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

O Programa de Apoio Integrado aos Municípios será financiado pela Caixa Econômica Federal - CEF, tendo como agente financeiro o próprio agente financiador. O mutuário final de todos os empréstimos será o Estado de Mato Grosso do Sul, bem como o responsável pela efetivação da contrapartida do financiamento.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

O presente Convênio vigorará a partir da sua ratificação pela Câmara Municipal e da aprovação da Lei que institui a alíquota progressiva para o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPPTU, que deverá ocorrer dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do presente instrumento, por período igual ao estabelecido no contrato e seus eventuais termos aditivos, entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a entidade financiadora do Programa, a ser celebrado para este fim.

CLÁUSULA SEXTA - MODIFICAÇÕES

Qualquer modificação deste Convênio dependerá de termo aditivo que poderá se efetuar mediante comunicação entre os convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O Estado se reserva o direito de rescindir administrativamente o convênio, por ato unilateral.

01

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro de Campo Grande-MS para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir na interpretação do presente Convênio com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Passam a fazer parte do presente Convênio, como se transcritos fossem, todos os documentos ou disposições legais que diretamente estejam ou venham a estar relacionados com os objetivos deste instrumento.

E, por estarem justos e convencionados, firmam o presente em 5 (cinco) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Campo Grande, de de 1988

MARCELO MIRANDA SOARES
Governador do Estado

JOSÉ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal de
Mundo Novo

OLAVO VILLELA DE ABRUDE
Secretário de Estado de
Obras Públicas

TESTEMUNHAS:

JORGE DE OLIVEIRA MARTINS
Secretário de Estado de Planejamento
e Coordenação Geral